

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 – DO OBJETO**

**1.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **PAPEL FORMATO A4** para atender a necessidade da Secretária Municipal de Saúde, Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância de Saúde, Subsecretaria de Vigilância Sanitária, Cerest, IST/AIDS/HV, Gerência de Saúde Mental, Clínica de Repouso Santa Lúcia e Farmácia Complementar, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas aos autos, às fls. 03/22, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde;

Hospital Municipal Raul Sertã;

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

Subsecretaria de Atenção Básica;

Programa Melhor em Casa;

Estratégia de Saúde da Família;

Subsecretaria de Vigilância de Saúde;

Subsecretaria de Vigilância Sanitária;

Cerest;

IST/AIDS/HV;

Gerência de Saúde Mental;

Clínica de Repouso Santa Lúcia;

Farmácia Complementar;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via registro de preço, fundamentado legalmente pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, lei Federal nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**1.5. Prazo:** 12 (doze) meses, contados da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços.

## 2 – DO QUANTITATIVO

**2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
<b><u>COTA PRINCIPAL</u></b>				
01	461889	<b>PAPEL FORMATO A4</b> (210mm X 297mm), sulfite, branco liso, comum, gramatura 75 g/m <sup>2</sup> , pacote contendo 500 folhas.	Resma	10.341
<b><u>COTA RESERVADA</u></b>				
02	461889	<b>PAPEL FORMATO A4</b> (210mm X 297mm), sulfite, branco liso, comum, gramatura 75 g/m <sup>2</sup> , pacote contendo 500 folhas.	Resma	3.446

**2.2.** Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	SMS	HMR S	HMN F	AB	M E	EST	VIG . SA Ú	VIG. SAN .	C E R	IST AID S HV	GER. SAÚ MEN .	CRS L	FAR M	TOTA L
------	---------------	-------	-----	-------	-------	----	-----	-----	------------	------------	-------	--------------	----------------	-------	-------	--------



1	<b>PAPEL FORMATO A4</b> (210mm X 297mm), sulfite, branco liso, comum, gramatura 75 g/m², pacote contendo 500 folhas.	Resm a	306 8	3776	540	254 8	93	255 0	120	120	48	60	612	72	180	<b>13.787</b>
---	--	-----------	----------	------	-----	----------	----	----------	-----	-----	----	----	-----	----	-----	---------------

### **3 – DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** A presente aquisição visa suprir a demanda das Unidades de Saúde pelo período de 12 (doze) meses;

**3.3.** Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. O Papel Formato A4, objeto do presente, visa suprir a necessidade de uso das Unidades;

**3.4. Para a Secretaria Municipal de Saúde,** a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo solicitado foi baseado no último processo sob nº 9919/2022, com um acrescentamos de 30% (trinta por cento) como margem de segurança, tendo em vista a alta demanda de impressões;

**3.5. Para o Hospital Municipal Raul Sertão,** a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. Item de grande utilização na reprodução diária de documentos e formulários em todos os setores, observando-se o período atípico, devido a pandemia da Covid-19, que aumentou a demanda de impressões de exames e demais documentos pertinentes a justificativa e a sempre crescente demanda de usuários na unidade que utilizam da mesma rotina. O

quantitativo solicitado foi baseado no consumo do ano anterior, com um acréscimo de 70% (setenta por cento) como margem de segurança;

**3.6. Para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado no consumo mensal anterior, conforme planilha acostada à fl. 06, e acrescentado uma margem de segurança de 50% (cinquenta por cento), devido a alta demanda de impressões;

**3.7. Para a Subsecretaria de Atenção Básica**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses, e para mais 05 (cinco) unidades básicas de saúde, A unidade teve um aumento considerável de médicos na Atenção Básica através de processo seletivo, o que aumentou muito a impressão de marcação de consultas, folhas de confirmação e exames, e também fornecendo para Coordenação de Imunização, que passou para a Atenção Básica. O quantitativo foi baseado na média de consumo conforme processo nº 5530/2019, conforme planilha acostada à fl. 08;

**3.8. Para o Programa Melhor em Casa**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média do histórico de consumo. Foi acrescentado

um percentual de 30% (trinta por cento), como margem de segurança, conforme planilha acostada à fl. 10;

**3.9. Para a Estratégia de Saúde da Família**, a aquisição visa suprir a necessidade das 20 (vinte) equipes da Estratégia de Saúde da Família do município, sendo estas: Lumiar, São Pedro da Serra, Vargem Alta, Stucky, Mury, Amparo, Campo do Coelho, Centenário, São Lourenço, Nova Suíça, Riograndina, Rio Bonito da Praça, Olaria I (Xingú), Olaria II (Espírito Santo), Olaria III (Amarelinho), Varginha, Conquista, Terra Nova, Cordeira, São Geraldo, e mais a Coordenação do programa, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média do histórico de consumo no processo nº 5530/2019, conforme planilha acostada à fl.12;

**3.10. Para a Subsecretaria de Vigilância em Saúde**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. A solicitação é para atendimento a demanda de trabalho da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, com um quantitativo de 2 (duas) resmas por mês, para impressão de documentos, elaboração de relatórios, processos administrativos e folhas de

registro de frequência. Para Vigilância Epidemiológica, com um quantitativo de 2 (duas) resmas por mês, para impressões de boletins e notas informativas, documentos, como memorandos e ofícios, ficha de notificação de doenças e registro de frequência. Para Vigilância em Saúde Ambiental, com um quantitativo de 4 (quatro) resmas por mês, para impressão de instrumentos de trabalho em equipe, como impressões de mapas, impressões de amostras de água, entre outros, documentos e registro de frequência. Para o programa de Controle da Tuberculose e Hanseníase, com um quantitativo de 1 (uma) resmas por mês, para impressões de documentos e relatórios, além de notificações dos casos e registro de frequência. Para Gerência de Promoção da Saúde, com um quantitativo de 1 (uma) resmas por mês, para impressões e cópias de documentos, do Programa de Saúde Auditiva, do Programa de Controle do Tabagismo, programa Saúde na Escola, Programa de Prevenção de Violências e Coordenação de Vigilância Alimentar e Nutricional;

**3.11. Para a Subsecretaria de Vigilância Sanitária**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. Para emissão de licenças iniciais e de renovação, boletins de ocupação, taxas, auto de infração, pareceres, despachos e impressão de documentos solicitada via REGIN/JUCERJA. O quantitativo solicitado tem com base o gasto mensal de em média 10 (dez) resmas;

**3.12. Para o Cerest**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. Para confecção de relatórios de inspeção, impressão de documentos de rotina, materiais de capacitação, entre outros. O quantitativo solicitado tem com base o gasto mensal de em média 04 (quatro) resmas;

**3.13. Para o Programa IST/AIDS/HV**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. Para impressões de requisições de exames e resultados de carga viral CD4, RNAHCV, DNA, HBV, genotipagem e receituário de ARV dos quase 1500 (um mil e quinhentos) pacientes. O quantitativo solicitado tem com base o gasto mensal de em média 05 (cinco) resmas;

**3.14. Para Gerência de Saúde Mental**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses, para a rotina diária dos dispositivos de CAPS AD, CAPS I, CAPS II e Gerência de Saúde Mental, com o desenvolvimento das atividades (terapia ocupacional, formulários de evolução e outros), bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, as constantes

demandas das unidades que compõem a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). O quantitativo foi baseado no consumo anual, conforme planilha acostada à fl. 19;

**3.15. Para Clínica de Repouso Santa Lúcia**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses, sendo imprescindível o fornecimento considerando sua utilização para suprir a rotina diária (terapia ocupacional, formulários de evolução e outros). O quantitativo foi baseado no consumo anual, com um acréscimo de 20% (vinte por cento) como margem de segurança, conforme planilha acostada à fl. 21;

**3.16. Para Farmácia Complementar**, a aquisição visa suprir a necessidade pelo período de 12 (doze) meses. Até o momento atual, a demanda é atendida pela Subsecretaria de Atenção Básica. Devido a necessidade de reestruturação do polo, a Farmácia Complementar irá se desvincular da Policlínica Silvio Henrique Braune, e o objeto de presente é de extrema importância para elaboração dos processos enviados ao Estado para avaliação, emissão de recibos para entrega de medicamentos de alto valor, além de trabalhos internos. A unidade atende em média, por dia, cerca de 100 (cem) pacientes, com uma média de utilização de 03 (três) folhas por atendimento, podendo variar para mais ou para menos;

**3.17.** Ressalta-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo do objeto solicitado foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades de Saúde, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos acostados às fls. 03/22.

#### **4 – DO LOCAL DE ENTREGA**

**4.1.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com as solicitações das Unidades Requisitantes, nos endereços e horários arrolados abaixo:

**4.1.1. ALMOXARIFADO CENTRAL** – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80 – 2º andar – Centro – Nova Friburgo/RJ – CEP 28623-000 – De segunda-feira a sexta-feira das 09:00h às 16:00h.

#### **5 – PRazos E CONdições DE ENTREGA**

**5.1.** A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 05 dias após o recebimento da Nota de Empenho;

**5.2.** A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos **subitens 4.1.1** deste Termo de Referência;

**5.3.** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**5.4.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

**5.5.** A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

**5.5.1.** Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

**5.5.2.** Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

**5.5.3.** Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

## **6 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**6.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.



## **7 – RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens serão recebidos:

**7.1.1.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

**7.1.2.** Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório;

**7.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## **8 – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

**8.1.1.** Elemento de despesa – **33.90.30.05**;

**8.1.2.** Fonte de recurso **07 – SUS**;

**8.2.** Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

**8.2.1.** Fundo Municipal de Saúde – **30001.1012200812.190**;

**8.2.2.** Hospital Municipal Raul Sertã – **30001.1030200852.202**;

**8.2.3.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – **30001.1030200852.203**;

**8.2.4.** Subsecretaria de Atenção Básica – **30001.1030100832.193**;





**8.2.5. Programa Melhor em Casa – 30001.1030200832.199;**

**8.2.6. Estratégia de Saúde da Família – 30001.103010083.2.194;**

**8.2.7. Subsecretaria de Vigilância em Saúde – 30001.1030500862.208;**

**8.2.8. Subsecretaria de Vigilância Sanitária – 30001.1030400862.209;**

**8.2.9. Cerest – 30001.1030200862.212;**

**8.2.10. IST/AIDS/HV – 30001.1030500862.213;**

**8.2.11. Gerência de Saúde Mental – 30001.1030200832.198;**

**8.2.12. Clínica de Repouso Santa Lúcia – 30001.1030200832.198;**

**8.2.13. Farmácia Complementar – 30001.1012200812.190;**

**8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **9 – DA LIQUIDAÇÃO**

**9.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

## **10 – DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:



**10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.1.3.** FGTS;

**10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS;

**10.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**11.1.** Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

**11.2.** *As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005);*



**11.3.** Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

**11.4.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## **12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Caberá à Contratante:

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.1.2.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**12.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**12.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto;

**12.1.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

**12.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

**13.2.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 10.1.1 a 10.1.6;**

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

**13.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

**13.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

**13.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**13.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

**13.8.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.9.** Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.10.** Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;

**13.11.** A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

#### **14 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **15 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

#### **16 – DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93;

**16.2.** Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Bianca Cortela Dutra	062.432	Fiscal Titular
Cristina B. Gomes	209.212	Fiscal Substituto
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Titular
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Substituto

**16.3.** O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**16.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material;

**16.5.** A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**16.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93;



**17.1.1. Comete infração administrativa:**

**17.1.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**17.1.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**17.1.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**17.1.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.1.5.** Não mantiver a proposta;

**17.1.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**17.1.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**17.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**17.3.** Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**17.3.1.** Advertência;

**17.3.2.** Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

**17.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**17.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**17.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**17.5.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.**

## **18 – DA RESCISÃO**

**18.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**18.2.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos e Contratos – SMS  
Matrícula 063.036



Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**

**Secretária Municipal de Saúde**

**Matrícula 106.137**